

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIASIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIASIS

Ata da 11ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 13/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski (T)
AEAP	Maurício Magossi (T)
AERC	Melissa Pin Lucheti (T)
	Hélio Augusto Povoas Schmidt (S)
	Osmar da Silva Júnior (S)
APTA Regional/URPD - Piracicaba	Cláudia Mira Attanasio (T)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Tarciani Benedita baia Santos (T)
	Adriana Roberta Candido (S)
	Marisa Emiko Kawaichi (S)
	Renato Garofalo (S)
Associação Ambiental Plantar	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
CATI	Melissa Pin Lucheti (S)
Consórcio PCJ	Bianca Caroline Alves Leite (T)
	Débora de Paula Papani (S)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
DAAE Rio Claro	Erika Daiane Martins Fossalusa (T)
DAE Jundiá	Nádia Zacharczuk (T)
	Ana Paula Maria Regra (S)
	Cláudia Debroy de Campos (S)
	Maria Carolina Hertel Dutra (S)
	Maria das Graças Martini (S)
Talita Rodrigues (S)	
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Mônica Tortelli (T)
DAEV S.A	Daniel Maeda (T)
	Pedro Ferreira Steola (S)
Elo Ambiental	Rosângela A. Martins Nogueira Grigollete (T)
EMBRAPA	Pedro Gerhard (S)
Fund. José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
IAG/USP	Humberto Ribeiro da Rocha (T)
IPEL	Willian Barroso (S)
IPT	Luiz Roberto Magossi (S)
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
P.M de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos (S)
P.M. de Cordeirópolis	Stephani Fernandes Rocha (T)
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M. de Iracemópolis	Simone Fernanda Zambuzi (T)
P.M de Itatiba	Lucas Marino Vivot (S)

P.M de Itupeva	Isabela Ferreira Maia (S)
P.M de Jaguariúna	Aline Granghelli Catão (T)
	Mariana Tibúrcio Durante (S)
P.M. de Jarinu	Ana Loren Lopes (S)
P.M de Limeira	Raquel Schmidt (T)
P.M de Morungaba	Amarildo Rogério (S)
P.M. de Paulínia	Nara Cristina Chiarini Pena Barbosa (T)
P.M. de Piracicaba	Felipe Dias Pacheco Vieira (T)
P.M de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (T)
P.M de Vinhedo	Rodrigo Oliveira de Souza (S)
PUC Campinas	Regina Márcia Longo (T)
SANASA	Renato Garofalo (T)
	Adriana Roberta Candido (S)
	Marisa Emiko Kawaichi (S)
	Tarciani Benedita baia Santos (S)
SEMIL/DPFA	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (T)
SIMBiOSE	Bruna Locardi Machado (S)
	Nathalia Diniz Kammer (S)
TNC	Mayra Flores Tavares (S)
	Vinicius Gaburro De Zorzi (S)
UNESP IGCE	Beatriz Leonardo da Silva (S)
UNICAMP	André Luís Sotero Salustiano Martim (T)

Membros ausentes	
Entidades	
Diretoria de Ensino de Bragança	
Fundação Florestal	
INEVAT	
IPÊ	
P.M. de Campo Limpo Paulista	
P.M. de Hortolândia	
P.M. de Indaiatuba	
P.M. de Itu	
P.M. de Jaguariúna	
P.M. de Louveira	
P.M. de São Pedro	
P.M. de Várzea Paulista	
SAA	
SABESP	
SAEAN	
SANEBAVI	
SEMAE	

Demais Presentes	
Entidade	Representante

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIASIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIASIS

Ata da 11ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 13/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Associação Ambiental Plantar (JVPCJ)	Letícia Maria Pereira
DAE Jundiá (JVPCJ)	Letícia Sanduvetti Calderan
GAEMA PCJ	Rodrigo Sanches Garcia
Fundação Agência das Bacias PCJ	Bruna Petrini
	Fabio Coca
	Felipe Requena
	Leonardo Baumgratz
	Luclecia Soares
	Nathalia Corá
	Rosa Cardoso
Taina Moura	
IGCE/UNESP Rio Claro (JVPCJ)	Felipe Rodrigues Calixto da Silva
	Laura Ressel Guilherme
	Luana Gitti Nunes
Movimento Viva Água / Fundação Grupo Boticário	Diogo Tau Zymberg Tomaszewski
	Thiago Piazzetta Valente
P.M de Charqueada (JVPCJ)	Kemily Custódio dos Santos
P.M de Charqueada	Karollyn Obrownick
P.M de Jaguariúna	Mirian Yasmine Krauspenhar Niz
Secretaria Municipal de Sustentabilidade	Alan Lourenção
UCE Cantareira PCJ	Luis Eduardo Bernardini

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Aos treze dias do mês de fevereiro de 2026 realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do Google Meet, a 11ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 6 de fevereiro de 2026. **2. Abertura da 11ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, coordenador da CT-Mananciais e representante da Associação Ambiental Plantar (AAP) e do Instituto de Zootecnia da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IZ/APTA), que agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. **3. Informes:** Na sequência, o Sr. João Demarchi passou para os informes. **3.1. da Coordenação:** a) O Sr. João Demarchi deu as

boas-vindas aos integrantes da 3ª edição do Movimento “Jovem, vem para o PCJ” (2025-2027), expressando a satisfação da coordenação com a presença dos jovens nas reuniões das Câmaras Técnicas. Destacou que a iniciativa visa promover a participação de jovens (de idade e de conhecimento) na gestão dos recursos hídricos das Bacias PCJ; b) O Sr. João Demarchi informou sobre a realização do evento [SUSTENTARE & WIPIS](#), realizado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e Universidade de São Paulo (USP), atualmente vinculada à Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) dos Comitês PCJ, previsto para ocorrer no mês de novembro/26. Ressaltou que o evento conta com apresentações de profissionais de diversos países, em formato virtual, com algumas participações presenciais. Destacou, especialmente aos participantes mais jovens, que o evento também constitui um espaço relevante para submissão e publicação de trabalhos acadêmicos e técnicos, incluindo pesquisas de graduação, especialização, mestrado e doutorado. Enfatizou que, além da temática de recursos hídricos, o evento abrange outras áreas relacionadas à sustentabilidade e indicadores, incentivando a maior participação dos membros. Nesse sentido, apontou a importância de desenvolver ou retomar cursos específicos sobre o funcionamento do Comitê, suas ações e o Plano de Bacias, considerando a dificuldade recorrente de compreensão da estrutura e dinâmica institucional. Destacou que muitos participantes têm contato apenas com as discussões pontuais das CTs, sem uma visão abrangente das interações do Comitê no território. Sugeriu a retomada da iniciativa de disponibilização de cursos virtuais estruturados, que facilitem o entendimento do funcionamento do Comitê de forma mais rápida e efetiva, destacando que o aprofundamento desse conhecimento contribui para uma participação mais qualificada e enriquecedora dos membros. Diante disso, a Sra. Adriana Saciotto Marcantonio, representante da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (APTA/SAA) comentou que no âmbito do programa “Jovem vem para o PCJ”, já existem recomendações de cursos introdutórios, indicados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), voltados à compreensão básica do que é um

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIASIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIASIS

Ata da 11ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 13/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Comitê de Bacias e suas atribuições. Ressaltou a importância de avançar na proposta apresentada, sugerindo a elaboração de cursos que incorporem a experiência prática de diversos membros, com o objetivo de apresentar a realidade da bacia. **3.2 dos membros:** Não houve informes. **3.3 da Secretaria Executiva:** a Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) iniciou os informes: **a) Alteração de representantes:** informou que entre a última reunião da CT-Mananciais e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representantes das seguintes entidades: **i. Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consorcio PCJ):** inclusão da Sra. Bianca Caroline Alves Leite como representante titular e o Sr. Flávio Forti Stenico como suplente. Como essa alteração é de entidade já participante, o informe é apenas para ciência sem a necessidade de aprovação dos membros da CT; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento aos critérios da [Deliberação CRH nº 248](#), de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) oriundos da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2026. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo ([Capacita-SigRH](#)), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a [plataforma](#) da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o [e-mail](#) da Secretaria Executiva; **c) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** reiterou que a próxima reunião da CT-Mananciais será presencial, nesse sentido, os membros podem solicitar o custeio de despesas para participação das reuniões, conforme estabelecido pela

Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17 ([link](#)) e suas alterações. A concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: **i.** membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); **ii.** membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; **iii.** coordenador e coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; **iv.** pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, com anexo de documentos que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 (oito) dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 (dez) dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros). As diárias não serão concedidas se: **i.** as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; **ii.** o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; **iii.** em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; **iv.** membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; **v.** membro que tenha reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: custeio@agencia.baciaspcj.org.br ou (19) 3437-2100 (opção 2). As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no site dos Comitês PCJ, neste [link](#); **d) Próximos eventos dos Comitês PCJ:** informou que no dia 23/02/2026, ocorrerá o evento: “Ações de Prevenção, Mitigação e Contingência diante da Probabilidade de Escassez Hídrica 2026”, organizado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, no âmbito do GT-Estiagem. O evento ocorrerá por videoconferência e será transmitido no canal da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ na plataforma [YouTube](#). Mais informações sobre os eventos organizados no âmbito dos Comitês

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 11ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 13/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

PCJ estão disponíveis no site dos Comitês na seção de “[Eventos](#)”; e) **Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** informou sobre as próximas reuniões no âmbito dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: **i.** 99ª Reunião Ordinária Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, no dia 06/03/26, às 9h30, no Auditório do Parque Moutonnée, em Salto/SP; **ii.** 35ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), no dia 31/03/2026, às 09:00, por videoconferência, com transmissão pelo [YouTube](#). Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do site dos Comitês PCJ; **d) Próximas reuniões da CT-Mananciais:** informou que as próximas reuniões da CT-Mananciais estão previstas para ocorrer em: **i.** 12ª Reunião Ordinária, dia 29/04/2026, presencial, no Auditório da AEAP, em Piracicaba/SP; **ii.** 13ª Reunião Ordinária, dia 24/06/2026, por videoconferência. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) da CT-Mananciais no site dos Comitês PCJ. **4. Aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária, realizada em 05/12/25, por videoconferência:** Na sequência, o Sr. João Demarchi informou que foi enviado aos membros, por mensagem eletrônica junto da convocação, dentro do prazo regimental, a minuta de ata da 10ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais, realizada em 05/12/25, por videoconferência. Na sequência, questionou se haveria a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações quanto ao conteúdo da minuta, não havendo, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **5. Aprovação do Plano de Trabalho da CT-Mananciais (2026-2027):** O Sr. João Demarchi lembrou o cronograma de elaboração e consolidação dos Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ. Informou que a minuta do Plano de Trabalho da CT-Mananciais para o biênio 2026-2027 foi previamente encaminhada aos membros, conforme prazo regimental. Explicou que o plano detalha as atividades, ações e temas a serem desenvolvidos ao longo do período, organizados em três categorias: **i.** demandas da Secretaria Executiva (Categoria A), **ii.** temas para discussão (Categoria B) e **iii.** eventos (Categoria C). Na sequência, esclareceu que a minuta passou por etapa de elaboração pela CT e análise da Secretaria Executiva e

Diretoria da Agência das Bacias PCJ. Após o detalhamento, na Categoria B foram propostas adequações pontuais de redação nos itens: **i.** Conservação do Solo, **ii.** Disponibilidade Hídrica e no item **iv.** Métodos de Conservação, Proteção e Restauração Florestal e Ecológica. Após as adequações, o Sr. João Demarchi abriu espaço para manifestações, não havendo objeções, colocou em votação a minuta do Plano de Trabalho da CT-Mananciais (2026-2027), sendo aprovada por unanimidade. Informou que o documento será encaminhado à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ e, posteriormente, aos Plenários dos Comitês PCJ para apreciação. **6. MIF e parcerias público-privadas em municípios das Bacias PCJ: avanços e encaminhamentos para a incorporação do tema na gestão territorial da bacia:** O Sr. Vinícius Gaburro De Zorzi, representante da The Nature Conservancy (TNC) e voluntário da Associação Serra do Itapetinga Movimento pela Biodiversidade e Organização dos Setores Ecológicos (SIMBiOSE), destacou o Manejo Integrado do Fogo (MIF) como um desafio relevante para a gestão territorial e para a proteção dos recursos hídricos. Comentou a importância da integração entre diferentes agendas e instituições, especialmente nas áreas de gestão de recursos hídricos, conservação ambiental e prevenção de incêndios, visando fortalecer ações conjuntas de planejamento, monitoramento e gestão territorial. Em seguida, apresentou as ações desenvolvidas pela SIMBiOSE na região da Serra do Itapetinga e no município de Piracacia, em parceria com a TNC e outras instituições, voltadas à elaboração de diagnósticos sobre áreas de queimadas no estado de São Paulo e nas Bacias PCJ, bem como à análise da relação entre fogo, disponibilidade hídrica e conservação ambiental. Apresentou as análises cartográficas e séries históricas sobre áreas de queimadas no estado de São Paulo e nas Bacia PCJ referentes ao período de 1985 a 2024, indicando tendência de aumento das áreas de queimadas ao longo do período analisado. Destacou diferenças regionais no balanço hídrico, apontando que áreas com maior déficit hídrico e períodos de estiagem mais prolongados apresentam maior suscetibilidade à ocorrência de incêndios. Ressaltou a importância de Soluções Baseadas na Natureza (SbN), como práticas de conservação do solo, construção de barraginhas e



CT-MANANCIASIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIASIS

Ata da 11ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 13/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

melhorias na infraestrutura rural voltadas à retenção e infiltração de água no solo. Informou que essas ações também contribuem para a redução do risco de incêndios e reforçam a necessidade de integração entre as agendas de gestão da água e do fogo. Ressaltou que, no âmbito das Bacias PCJ, devido ao tamanho das sub-bacias, Atibaia e Piracicaba concentram a maior parte das áreas de queimadas em termos absolutos, enquanto a bacia do rio Jundiá apresenta maior proporção relativa de ocorrências em relação ao seu território. Relacionou esse cenário principalmente às mudanças no uso e ocupação do solo, especialmente processos de conversão de áreas rurais para usos urbanos e práticas de manejo da vegetação que utilizam o fogo. Destacou que o aumento de ocorrências em áreas de pastagem e mosaicos de uso do solo representa risco para áreas em processo de restauração florestal e conservação ambiental. Informou a necessidade de avançar em uma abordagem focada predominantemente na resposta a incêndios para uma perspectiva de gestão integrada do fogo, envolvendo ações de prevenção, redução de risco, monitoramento, resposta e recuperação ambiental. Mencionou a evolução da legislação brasileira relacionada ao manejo do fogo, destacando a recente estruturação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF). Apresentou a experiência do município de Piracaia, no qual está em implementação o Plano Municipal de Manejo Integrado do Fogo (PMIF), com ações de capacitação de brigadistas, oficinas de construção de equipamentos, treinamentos da Defesa Civil, atividades de comunicação preventiva e adequações na legislação municipal. Comentou sobre as iniciativas em desenvolvimento, como a criação de um Comitê Municipal de MIF, a ampliação de brigadistas, o fortalecimento de sistemas de monitoramento de incêndios e a avaliação de instrumentos de incentivo, como Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) voltados ao manejo de pastagens. Ressaltou a importância de monitorar não apenas as áreas queimadas, mas também os fatores de risco de ocorrência de incêndios. Destacou que a política de manejo integrado do fogo e a política de recursos hídricos possuem como base comum o planejamento territorial. Reforçou a importância da integração dessas agendas para a prevenção de riscos e a proteção dos ecossistemas. Na sequência, os membros discutiram a importância da articulação entre diferentes atores para

prevenção e combate a incêndios, destacando iniciativas como o mapeamento de atores, o Plano de Ajuda Mútua (PAM) e o uso de sistemas de monitoramento. Ressaltaram o papel de redes informais, como grupos de WhatsApp e de usuários das áreas rurais na identificação rápida de focos, enfatizando que a agilidade na resposta é fundamental para reduzir danos. Ressaltaram a necessidade de equipes capacitadas e de fluxos claros para o encaminhamento das informações, bem como a importância da organização comunitária, formação de brigadas e ações de capacitação. Por fim, apontaram a necessidade de avançar na estruturação de estratégias e investimentos na agenda de manejo do fogo, considerando sua relação com a segurança hídrica. Após as discussões, o Sr. João José Demarchi agradeceu as contribuições e seguiu para o próximo item de pauta. **7. Outros assuntos: a)** O Sr. João Demarchi informou, durante a 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), que ocorreu em 11/12/2025, a necessidade de priorizar ações voltadas aos novos reservatórios, com ênfase nas áreas de contribuição, incluindo o tema na revisão da Política de Mananciais PCJ. Relatou que solicitou essa diretriz por meio de texto para o Relatório Institucional da Fundação Agência das Bacias PCJ (elaborado nas diretrizes da *Global Reporting Initiative - GRI*), no tema biodiversidade defendendo a priorização dessas áreas e do Sistema Cantareira para investimentos voltados ao suprimento quali-quantitativo de água e à melhoria da biodiversidade, por meio do manejo do solo e da restauração florestal. Informou que o tema foi reiterado pelo Dr. Rodrigo Sanches, representante do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA), durante a reunião do Grupo de Trabalho Sistema Adutor Regional ([GT-SAR](#)) da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ. Informou que todos os membros da CT-Mananciais receberam por e-mail, o Ofício nº 0036/2026 - GAEMA/PCJ – Campinas encaminhado pelo GAEMA, referente à contribuição no âmbito da consulta pública da PPP Represas e SAR-PCJ. Destacou que esse encaminhamento decorre dos desdobramentos das tratativas realizadas pelo Dr. Rodrigo junto à coordenação da CT e à Sra. Natália Resende, Secretária de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo (SEMIL). Nesse sentido, o Dr. Rodrigo



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 11ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 13/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Sanches fez uma breve contextualização sobre o envio do ofício. Informou que, à época do licenciamento dos reservatórios (2018–2019), já se defendia que as compensações ambientais fossem direcionadas não apenas às Áreas de Preservação Permanente (APPs), mas também às áreas de entorno e de drenagem. Destacou experiências com as Prefeituras Municipais de Pedreira e Campinas, no qual foram estabelecidos *buffers* de 1 km, 2 km e 5 km a partir do eixo do reservatório de Pedreira, uma vez que esse problema não se verificava em Amparo. Diante disso, como resultado desse esforço, e com base no mapeamento de propriedades já existente no plano de manejo da APA de Campinas, foi possível viabilizar a alocação de mais de 200 hectares para recuperação ambiental, distribuídos em 10 propriedades, seguindo a lógica de drenagem direcionada ao reservatório. Ressaltou a necessidade de realizar a recuperação ambiental com foco na área de drenagem do reservatório, no sentido jusante–montante, visando efeitos práticos na regularização do volume de água afluente. Relatou que, à época da implantação das represas, não houve uma ação ambiental integrada e sistematizada por parte do Estado, o que motivou a incorporação dessa abordagem com base na experiência da CT-Mananciais. Destacou que, após a 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, o diálogo avançou com a Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) e a SP Águas, apresentando proposta formal baseada nessa experiência, que foi bem recebida e seguiu para análise e possível internalização. Informou que o Sr. Mário Mantovani, presidente da Fundação Florestal e da SOS Mata Atlântica juntamente com o representante da Química Amparo Ypê, apresentaram uma iniciativa de projeto com diretrizes semelhantes à anteriormente exposta. Relatou que o tema foi aprofundado em reunião paralela e, em 12/02/26, participou da reunião na unidade da empresa Ypê, com a Fundação Florestal, a SOS Mata Atlântica, o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e a equipe de sustentabilidade da empresa. Esclareceu que se trata de um projeto voltado à bacia do rio Camanducaia, estruturado a partir da lógica territorial da própria empresa, abrangendo o trecho entre Amparo/SP e Toledo/MG. Destacou que a iniciativa, desenvolvida em comemoração aos 75 anos da empresa, consiste em um amplo programa de recuperação ambiental, com foco na área de drenagem até a unidade

industrial. Informou que o Imaflora foi responsável pelo mapeamento da bacia, das propriedades e pela definição de áreas prioritárias, com apoio de parceiros locais, como a Associação Ambientalista Copaíba. A partir dessa base, foram iniciadas ações de restauração, com cerca de 50 hectares já plantados e previsão de ampliação. Ressaltou que, embora o projeto apresente diferenças metodológicas em relação às práticas da Câmara Técnica, especialmente por priorizar ações em APPs, nascentes e Reserva Legal, sem adotar a abordagem de Projetos Individuais de Propriedade (PIPs), ainda assim, mantém alinhamento conceitual com as diretrizes discutidas. Nesse sentido, sugeriu que essa iniciativa fosse apresentada à Câmara Técnica. Por fim, informou que está em avaliação a possibilidade de integração desse projeto às discussões da futura PPP, sem prejuízo de sua autonomia. Comentou que as tratativas com a SP Águas seguem em andamento, sem objeções até o momento, indicando potencial avanço e ganhos de sinergia com as ações já desenvolvidas. Complementando, o Sr. João Demarchi destacou que a iniciativa apresentada amplia e estrutura melhor a proposta inicial. Ressaltou a importância de promover mais articulação entre os diversos atores que atuam no território, de modo a reconhecer e integrar as iniciativas existentes, evitando sobreposição de esforços e otimizando o uso de recursos. Enfatizou que ações já desenvolvidas por instituições como Imaflora, SOS Mata Atlântica e parceiros locais devem ser consideradas e potencializadas, garantindo eficiência e sinergia entre investimentos públicos e privados. Na sequência, o Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Cooperativas de Holambra manifestou apoio às iniciativas e destacou a importância de priorizar investimentos tanto no entorno dos reservatórios quanto nas áreas de montante. Ressaltou que as ações nas cabeceiras contribuem para reduzir erosão e melhorar a qualidade da água; **b)** O Sr. Thiago Piazzetta Valente, Gerente de projetos do Movimento Viva Água Baía de Guanabara e Sistema Cantareira SP, agradeceu a oportunidade e contextualizou sua atuação na Fundação Grupo Boticário. Informou que a Fundação passou a atuar de forma mais próxima aos Comitês PCJ por meio do movimento Viva Água, voltado à promoção da segurança hídrica por meio da colaboração multissetorial. Na sequência, o Sr. Diogo Tomaszewski, Gestor de comunidade da Beta-i Brasil se apresentou e



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 11ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 13/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

informou que atua na execução da operação do movimento Viva Água, com atuação no território do Sistema Cantareira, em São Paulo, e nas bacias dos rios Joanes e Jacuípe, na Bahia. Esclareceu que exerce a função de gestor de comunidade, atuando na articulação entre os diferentes atores. Em seguida, dando continuidade, o Sr. Thiago apresentou a atuação da Fundação, vinculada ao Grupo Boticário. Destacou os 35 anos de atuação e que a instituição passou a atuar mais fortemente, nos últimos anos, com Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco em adaptação climática, segurança hídrica e resiliência costeira. Apresentou o direcionamento estratégico da Fundação para o período de 2024 a 2030, com foco na adaptação às mudanças climáticas, estruturado nos pilares de segurança hídrica e resiliência costeira, em que o movimento Viva Água se insere nesse contexto, com ênfase na conservação de mananciais de abastecimento público. Explicou que o movimento Viva Água se caracteriza como uma plataforma colaborativa e dinâmica, voltada à conexão de atores, promoção de governança descentralizada e articulação de investimentos, buscando gerar valor compartilhado e apoiar a adaptação dos territórios frente aos impactos das mudanças climáticas. A atuação ocorre por meio de eixos temáticos definidos conforme as demandas locais, permitindo a participação de diferentes organizações com suas expertises, recursos ou projetos. Apresentou exemplos de iniciativas desenvolvidas em outros territórios, como nas regiões do Miringuava e da Baía de Guanabara, incluindo ações de restauração, conservação, apoio a produtores rurais, fortalecimento de cadeias produtivas, turismo e empreendedorismo, bem como iniciativas voltadas à transição para modelos produtivos mais sustentáveis e regenerativos. Destacou a estruturação de mecanismos financeiros, como o fundo filantrópico do movimento, voltado à mobilização e alavancagem de recursos para viabilização de projetos e fortalecimento das ações nos territórios. Informou que, com base nas experiências já realizadas nos territórios do Paraná e do Rio de Janeiro, foi definido o avanço do movimento para novos territórios, incluindo o Sistema Cantareira, além de Salvador, Fortaleza e Belo Horizonte, a partir de estudo com base em critérios e análise de dados. Informou que, no caso do Sistema Cantareira, já foram iniciadas ações de articulação,

incluindo a realização de laboratório de inovação para cocriação de soluções e estruturação da governança regional. Detalhou o modelo de governança proposto, com instâncias de coordenação, comitê consultivo, conselhos regionais, secretaria regional e estrutura de financiamento. Por fim, informou a abertura de chamada de projetos (Camp Viva Água), com disponibilização de cerca de R\$ 2 milhões para o território do Cantareira, voltada a iniciativas de infraestrutura verde e empreendedorismo sustentável, com prazo prorrogado até 20/03/2026. Em seguida, a Sra. Nádia Zacharczuk, representante da DAE Jundiá ressaltou o elevado potencial de restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs) no entorno dos reservatórios do Sistema Cantareira, com base em sua experiência de atuação na região de Bragança Paulista. Informou que grande parte dessas áreas, especialmente em terrenos da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) nos municípios de Bragança Paulista e Vargem, estão desprotegidas, estimando que cerca de 70% da faixa no entorno do reservatório apresenta degradação. Enfatizou que esse território deve ser priorizado para ações de reflorestamento e sugeriu a articulação com a Sabesp ou por meio de instituições como a Fundação Boticário. Comentou a possibilidade de encaminhamento de manifestação formal ao Ministério Público local, considerando sua atuação na região. Na sequência, o Sr. João Demarchi relatou as dificuldades na execução de compensações ambientais vinculadas às outorgas, mencionando entraves na aplicação dos recursos para restauração. Reforçou que o processo de privatização da Sabesp impactou as articulações institucionais, reduzindo sua participação nos espaços de discussão. Manifestou expectativa de maior engajamento da Sabesp, inclusive com apoio do Ministério Público para fortalecer as negociações. Na sequência, os membros destacaram a importância da articulação entre atores institucionais para viabilizar ações de restauração em áreas prioritárias no entorno dos reservatórios, ressaltando a necessidade de maior engajamento de empresas de saneamento, organizações da sociedade civil e órgãos públicos. Ressaltaram o papel do Ministério Público como potencial indutor dessas ações e a relevância de fortalecer parcerias e mecanismos institucionais para ampliar a efetividade das iniciativas, em função de sua relação com a segurança hídrica. Por

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIASIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIASIS

Ata da 11ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 13/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

fim, comentaram sobre a necessidade de avançar na mobilização de recursos e na implementação de ações no território. Após as discussões, o Sr. João José Demarchi agradeceu as contribuições e seguiu para o próximo item de pauta. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, coordenador da CT-Mananciais, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-Mananciais

Miguel Madalena Milinski
Coordenador-adjunto da CT-Mananciais